

MEMÓRIA



VI ENCONTRO INTERNACIONAL PELA TERRA E TERRITÓRIO
Superando as fragmentações, tecendo redes de vida
Pará, Brasil - 2018

SUPERANDO FRAGMENTAÇÕES, TECENDO REDES DE VIDA

Encontro Terra e Território

VIDA. DIGNIDADE TERRITÓRIO

MARABÁ, 2018
ESPAÇO DE LUTAS CABANAS E ARAGUAIANAS

“Encontros de mundos possíveis”
“Nós moquechos dizemos a língua primeiro”
“Luzes da vida, a nossa missão”
“Na luta pela terra nascem transformações”
“Sem fome mesmo não há agricultura”
“A gente se organiza pela luta por causa do tempo”
“Amor ao povo pra defender o que é do povo”
“Eu quero a catar mangabeira com a comunidade”
“O Território é um espaço de liberdade, que o todo vai, ele aperta vai”
“Resgatar a semente é resgatar a memória”
“Precisamos ser unidos como uma só corrente”
“A mata significa nossa vida, precisamos dela pra cuidar dos nossos filhos”
“A partir da terra dos povos a comunidade passa a ter vida”

TEMPO
RELAÇÃO CAMPO CIDADE

COMER
“Somos o que Comemos”
PANCs
AGRO FLORESTA
AGROECOLOGIA
BIOENERGIA
SABERES E SABORES

CONVIVER
“NOSSA CONVIVÊNCIA É DIFÍCIL, PORQUE TEMOS UM VIZINHO DIFÍCIL, QUE É A VALE!!!”
TRABALHO COLETIVO
JUVENS
ALIANÇAS
Esperanças
Quilombo Piraçá
Manda
AGROECOLOGIA
BIOENERGIA
SABERES E SABORES

“Estudar, Clarear e Aprender”
EDUCAÇÃO REGULAR
AUTONOMIA COMUNITÁRIA
FESTAS RURAIS TRADICIONAIS
“O Poder está no nosso chão”
Contar HISTÓRIAS
JUNGA
MANGABA
IALA AMÉDICO
TEIA DOS POVOS

“O Trabalho é para aqueles que não tem mais nada para vender”

HABITAR
Crença no Território
COM VIDA
DEMARCAÇÃO JÁ!
TITULAÇÃO NUNCA
ASSENTAMENTO

SABERES INTERIORS
MEMÓRIA
MEDICINA POPULAR SUS+
“O MUNDO ESTÁ DOENTEM”
PLANTAS MEDICINAIS
CURARAR
CURANDEIRAS PAJÉS FÉ

“Medicinas não são a cura”
TPDRS / LEMTO-UFF / UNIFESSPA

MEMÓRIA

VI ENCONTRO INTERNACIONAL PELA TERRA E TERRITÓRIO

Superando as fragmentações, tecendo redes de vida

Brasil - 2018

SUPERANDO AS FRAGMENTAÇÕES, TECENDO REDES DE VIDA

VI Encontro Internacional pela Terra e o Território

8, 9, 10 e 11 de novembro de 2018

Espaço Cabanagem, Marabá, Pará

1ª Edição

ORGANIZAÇÃO

Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica – IPDRS

www.sudamericarural.org.br

Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades,

Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense – LEMTO/UFF

www.lemto.uff.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

www.unifesspa.edu.br

COORDENAÇÃO GERAL

Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO

Sistematização e Edição: Pedro D' Andrea Costa

Revisão: Iara Gomes de Moura

Projeto e Diagramação: Oficina Sal

REGISTRO FOTOGRÁFICO

INSERIR

@Todas as imagens na memória são do IPDRS/LEMTO

“Quando a gente tem a terra, a gente tem poder, não o capitalista, mas o poder de ter a terra, plantar, ter água.”
Maria José Cavalcanti – Comissão Pastoral da Terra

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Nosso modo de r-encontrar	08
Por outros horizontes de sentido	09
A invenção criativa da vida: o comer, o curar, o habitar e o conviver.....	15
“Mas com fé e com força nós conseguimos porque a luta do povo é isso: cuidar da vida! É a nossa missão”	25
“Quando a gente briga pelo território é este espaço de liberdade. O porco vai, o boi vai, o jumento vai, a pessoa vai.”	35
Tecendo as redes da insurgência	40

APRESENTAÇÃO

Durante os dias 8, 9, 10 e 11 de novembro de 2018, foi realizado o “VI Encontro Internacional pela Terra e o Território: superando as fragmentações, tecendo redes de vida”, no Espaço Cabanagem, no município de Marabá, Pará – Brasil, promovido pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Este foi o sexto momento de encontros e articulações de um processo que se iniciou entre abril e maio de 2013, em Assunção – Paraguai, quando o Movimento Regional pela Terra (MRxT), em seu primeiro evento internacional, deliberou pela necessidade de criação de uma agenda de mobilização regional na América do Sul que reunisse experiências inspiradoras de acesso à terra e ao território.

Desde então, foram realizados mais cinco encontros, sendo dois no Brasil. O “IIº Encontro Regional Movimento Regional pela Terra: Avanços e perspectivas”, em 2014, realizado nos povoados de San Lorenzo e San Antonio de Lomerio, em Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. No ano seguinte, o “IIIº Encontro de Aliad@s pela Terra e Território” ocorreu na comunidade guarani Macharetí, em Chuquisaca – Bolívia, e se debruçou sobre discussões acerca do acesso e da consolidação de territórios coletivos na Bolívia. Antes de chegarmos aos encontros realizados no Brasil, pulemos de 2015 para 2017, ano em que foi realizado o “V Encontro pela Terra e o Território: Agendas territoriais, como viabilizar nossos logros e reivindicações?”, em La Paz – Bolívia. A centralidade do debate foi marcada pela necessidade e os desafios do fortalecimento da articulação entre territórios que apresentam avanços do acesso e controle “desde baixo” sobre a terra na América do Sul.

Fez-se necessário esse pulo pois é importante que façamos um paralelo entre os dois encontros ocorridos no Brasil, já que as lideranças comunitárias que participaram eram majoritariamente nascidas aqui. O primeiro realizado no país, e o quarto de todos os Encontros pela Terra e o Território, ocorreu em setembro de 2016 onde vinte e cinco lideranças de base das cinco regiões do país, além de articuladores/as regionais, professores/as e pesquisadores/as estiveram reunidos no Casarão Comunitário de Serra Queimada, no Vale do Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu, RJ. O LEMTO e o IPDRS fizeram uma opção política ao realizarem o “IV Encontro Internacional pela Terra e o Território: compartilhando experiências, construindo novos horizontes” em uma área que se encontra em resistência por cerca de uma década frente à proposta de construção de uma barragem cuja área de alagamento pode atingir cerca de 1.000 famílias camponesas.

A diversidade de povos reunidos no Vale do Guapiaçu, ao final daquele encontro, in-

dicaram três encaminhamentos e compromissos: i) Organização de outro encontro no Brasil convidando mais comunidades e movimentos, cuja realização ocorresse em outro estado do país e que fosse mantida a proposta política, teórica e metodológica ali realizada; ii) Facilitar intercâmbios entre as comunidades e os movimentos ali reunidos, fazendo deste um espaço de trocas de saberes e articulações que potencializam e fortalecem as lutas e experiências inspiradoras de cada território. Os intercâmbios territoriais apareceram, portanto, como estratégia de manutenção destes processos; e iii) Assim como o V Encontro pela Terra e o Território realizado um ano depois, em 2017 na Bolívia, deliberou-se sobre a importância em avançar no fortalecimento das redes de comunicação autônomas de cada território, de forma que reivindicações, denúncias e experiências inspiradoras possam ganhar maior capilaridade e publicidade.

Portanto, o desafio permanente que surge no desenvolver dos Encontros pela Terra e o Território na América do Sul trouxeram como necessidade de aprofundamento neste VI Encontro pela Terra e o Território avançar no debate sobre como ultrapassar a situação de isolamento de experiências autônomas e inspiradoras em curso. Trata-se de pensar em como superar o momento de fragmentação das riquíssimas experiências de acesso a Terra e ao Território em curso. Esse propósito vincula-se com as propostas surgidas nos encontros anteriores sobre a necessidade de: a) favorecer as trocas de experiências entre as comunidades/movimentos participantes do encontro, para conhecer de forma mais direta os processos de existência em curso, e b) criar ferramentas de comunicação e compromisso acordados coletivamente no IV encontro, realizado em 2016 no Brasil, este “VI Encontro Internacional pela Terra e o Território: superando as fragmentações, tecendo as redes de vida” deu seguimento ao sentido político que marca a escolha da localidade responsável por acolher esta ambiência de ensino-aprendizagem.

O sul-sudeste do Pará, um lugar de lutas e memórias Cabanas e Araguaianas

Não por acaso o município de Marabá, localizado no sul-sudeste do Pará, foi escolhido como local para receber o encontro. Há um acúmulo espacial e temporal das violências perpetuadas durante longo período da história brasileira nesta região. Passando desde o período colonial e imperial, quando conhecida como Grão-Pará, até os dias atuais, a região sul-sudeste do Pará tem suas terras e águas sujas de sangue indígena, de mestiços e mestiças e de negros e negras. Fruto das respostas de mais de 200 anos de resistências dos Povos Amazônidas, estes sangues em parte representam as respostas dadas “desde baixo” a uma violência que tem cor, gênero, origem e sentido: ela é branca, masculina, colonizadora e vem de cima para baixo.

É como se a cada século fosse necessário uma revolta popular para balançar as estruturas de poder que escravizam, torturam, assediam, estupram e matam, enfim, contra qualquer forma de violência que tentar calar e invisibilizar uma sociobiodiversidade milenar. Foi assim no século XIX, quando a Guerra dos Cabanos uniu homens e mulheres indígenas, negras e mestiças revoltosas contra o Império do Brasil, mas de 30 mil pessoas foram assassinadas. Quase 100 anos depois, entre as décadas de 1960 e 1970, às margens do rio Araguaia e próximo às cidades de Xambioá, em Goiás, e de São Geraldo do Araguaia e Marabá, no Pará, homens e mulheres guerrilheiras se organizam para construir a Guerrilha do Araguaia, durante a Ditadura Militar. Como compartilhou conosco no início do Encontro o companheiro Raimundinho, das Brigadas Populares, quando apresentava o histórico de luta da região sul-sudeste do estado:

“A luta pelo território no Pará se explica através tripé terra, homem [e a mulher] e a arma”.

Se há um acúmulo espacial e temporal de uma violência estrutural, no Pará a resposta popular a essa violência também vem à altura e desde baixo. Não por acaso, esta é uma das regiões marcadas pelos mais violentos massacres da história republicana deste país. Foi em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, que ocorreu a mais violenta chacina no campo brasileiro. Vinte e um sem-terras foram assassinados pela Polícia Militar do Estado do Pará, designados pelo comando do Batalhão de Marabá a desobstruir a rodovia BR-155. Os sem-terra, acampados na Fazenda Macaxeira, estavam realizando uma marcha de 900 km até Belém, capital do estado do Pará, para cobrar as autoridades competentes pela demora das desapropriações de terras. No período de realização do VI Encontro pela Terra e o Território completava cerca de um ano e meio da segunda maior chacina no campo brasileiro: a de Pau D’Arco. Em maio de 2017, dez trabalhadores e trabalhadoras rurais foram brutalmente torturados e assassinados durante operação policial na Fazenda Santa Lúcia, latifúndio ocupado no dia anterior ao massacre por famílias camponesas sem-terra.

Nesta região do estado existem mais de 500 assentamentos da Reforma Agrária cuja desapropriação de terras só se faz possível neste Estado moderno-colonial através da luta daqueles e daquelas que buscam construir um horizonte de sentido onde suas cabeças pensem a partir dos seus pés descalços que pisam na terra.



Estes não são casos isolados, mas sim episódios sistemáticos que deflagram a violência estrutural do projeto moderno-colonial do Estado brasileiro que através da expropriação, exploração, opressão, violência, do racismo, do machismo e do colonialismo interno tenta destruir as condições de existência situando a diversidade de Povos e Comunidades Tradicionais a uma condição de subalternidade e invisibilidade. Apenas no ano de 2018, ocorreram 177 conflitos no campo no Pará, envolvendo 311.377 pessoas, o equivalente a 1/3 de todos os conflitos no campo no Brasil (CPT, 2018).

Ora, se o conflito pode ser visto como um lugar de possibilidades, em que são apontados no mínimo dois caminhos, portanto dois destinos distintos sendo concretamente disputados, a escolha em realizar o VI Encontro pela Terra e o Território neste região traz, também, o entendimento que há cinco séculos tem sido desenvolvidas outras formas teórico-práticas de organização política que não só deflagram a crise política contemporânea, como apresentam outros e distintos horizontes de sentido. Por isso, há muito que aprender com aqueles e aquelas que ao resistirem durante mais de cinco séculos nos dizem, apesar de muitas vezes não serem vistos e escutados: há de se construir um mundo onde caibam todos os mundos!

Nosso modo de r-encontrar

Instalações Político- Pedagógicas, em que arte-fatos da memória e dos territórios traziam consigo uma ambiência de fraterna convivência e convergência de narrativas,, onde todas e todos tinham o protagonismo, o direito e o tempo necessário para se expressar conforme sua autodeterminação étnica, política e cultural; Plenárias que traziam as partilhas dos debates provocados nos Círculos, acumulando e aprofundando o debate coletivo – sem controle do tempo de fala, e, claro, muita cantoria e arte dos cantadores e, principalmente, cantadoras dos vários cantos do Brasil, mostrando para todos e todas que na tentativa de se construir um Mundo Mundial, que a tudo hegemoniza e homogeniza, os vários e muitos outros mundos r-existem.

Buscando a mesma ambiência e modo de r-encontrar neste VI Encontro, LEMTO e IP-DRS re-produziram a organização destes espaços de convivência e inter-aprendizagem capaz de revelar as singularidades e especificidades, mas também o comum e o convergente entre as diversas experiências ali partilhadas de acesso e controle, desde abaixo, da terra, da água e do território.

Seguimos a motivação que nos provoca e transborda em contribuir nos processos de articulação, do fazer encontrar, as experiências concretas de controle do território a partir de uma fazer político que se concebe e organiza por e pela autonomia. Assim, seguimos a tentar a promover as rupturas necessárias das condições de isolamento provocadas pelo condicionamento a subalternidade e invisibilidade provocadas pelo Estado moderno-colonial racista, machista e etnocida.

Duas questões chaves sulearam o VI Encontro, provocando lideranças de profundo compromisso e coerência política em representar – e não suplantar - as/os sujeitos coletivos que se constituem em suas comunidades. Lideranças que buscam mais baixar do que subir, obedecer do que mandar, servir ao invés de se servir, convencer ao invés de vencer, construir ao invés de destruir, propor ao invés de impor. Foram elas:

1. O comer, o cuidar, o habitar, o conviver: a invenção criativa da vida. Como temos criado/cuidado das condições materiais para afirmar nossas formas/modos de vida, de produzir, de nos cuidar e nos organizar?

2. Nossos grupos (nossas comunidades?): os movimentos e as instituições. Que relação estabelecemos com instituições como o Estado, as ONGs e outras?

O VI Encontro se desenvolveu e estruturou em quatro momentos: Acolhida, aproximação, aprofundamento e encerramento. Todos eles contornados pelo respeito aos princípios trazidos pelas próprias lideranças, pelo respeito ao tempo de cada lugar, pelo respeito à escuta e, mais importante, pelo respeito ao protagonismo de quem sempre esteve no front.

Por outros horizontes de sentido

Foram pouco mais de dois anos entre o “Terra e Território” realizado no Vale do rio Guapiaçu e o realizado em Marabá. Entre um e outro, passamos por momentos de mudanças radicais na conjuntura política-institucional latino-americana e brasileira. Realizado entre os dias 14 e 17 de setembro de 2016, o Encontro no Rio de Janeiro ocorreu menos de 20 dias depois da consolidação do Golpe da Presidenta Dilma Rousseff, que levou Michel Temer ao poder, preparando o terreno para as eleições de 2018. Dois anos depois, realizamos o “Terra e Território” em Marabá, entre os dias 8 e 11 de novembro, também a menos de 20 dias do resultado do 2º turno das eleições presidenciais que levaram ao poder Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão, representando um projeto político ultra regressivo e conservador.

Entre um encontro e outro, o governo golpista de Michel Temer já sinalizava o aprofundamento das desigualdades históricas e estruturais que atravessam o tempo-espaço deste país que, como nos disse, em 2016 no Vale do Guapiaçu, a companheira quilombola Kalunga Lourdes Fernandes de Souza:

“Lutamos pela terra e território. Pela resistência do espaço sagrado. Apesar de carregarmos uma herança do passado que nunca vai ser apagado, no presente da história de uma nação que foi formada através do estupro. Onde uma cultura universal é posta sobre uma cultura local, apagando e construindo por cima outra forma de vida, de Brasil.” - Lourdes Fernandes de Souza, quilombola Kalunga.

Além da demonstração de uma capacidade de análise de conjuntura de quem a faz porque sentipensa sua materialização no corpo que pisa a terra com os pés descalços e sujos de lama, é possível perceber um redirecionamento das perspectivas relacionais

que a diversidade de seguimentos sociais ali representados apontam em relação ao Estado. O Sr. Amantino Sebastião Beja, Faxinalense do Faxinal Meleiro, em Mandirituba – PR, e integrante da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, apontava sua preocupação com a conjuntura que batia à porta:

“Para nós PCTs com o governo que entrou piorou, imagina com o governo que vai entrar. A gente imagina que o decreto 6040 pode ser revogado, o próximo passo será destituir o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais.” - Amantino Sebastião Beja, Faxinalense da Rede Puxirão de Povos de Comunidades Tradicionais.

Sua preocupação passava também, pelos companheiros e companheiras que estavam ocupando a titularidade ou suplência de espaços de participação social institucionalizados, como o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais:

“Se com indígenas e quilombolas há essa pressão, imagina com a gente que é menos reconhecido, temos que ter cuidado redobrado, os que fazem parte do Conselho Nacional seremos os primeiros a serem mapeados e seremos os primeiros a serem pressionados para desistir da luta.” - Amantino Sebastião Beja, Faxinalense da Rede Puxirão de Povos de Comunidades Tradicionais.



Vindo de milhares de quilômetros de distância o companheiro Miguel, representante do Povo-Nação Mapuche, localizado no que hoje é o Chile, compartilhou uma perspectiva sobre a relação com o Estado capaz de provocar profundos ecos nos homens e mulheres ali presentes:

“(Somos) uma nação que foi objeto de genocídio pelo Estado chileno e argentino, somos produto de invasão desenvolvida pela Argentina e Chile, em 1880. Tínhamos controle do território dos Andes ao Mar.” - Miguel, povo Mapuche.

Esse controle do território Mapuche que ia do oceano Pacífico ao Atlântico era reconhecido pela Coroa Espanhola, conforme seguia dividindo conosco:

“Fizemos tratados que foram ratificando ao longo de 1861 a 1963, que tinha o controle até onde ia território Mapuche. Na época da Coroa, surgiram muitos líderes, um deles Lautar, que levantou a bandeira, que é a Estrela do Amanhecer. Os Espanhóis estabeleceram limites e ao longo de 300 anos tiveram guerras, tempos de paz e comércio” - Miguel, povo Mapuche.

Reflexo dos processos encampados pelos Estados chilenos e argentinos de invasão dos territórios e assassinatos do povo Mapuche, “Hoje há o controle do território mapuche, quem restou ocupa 5% do território ancestral” - Miguel, povo Mapuche.

Com o fim da Ditadura Militar no Chile, na década de 1990, Miguel partilha da criação da Aliança Territorial do Povo-Nação Mapuche, capaz de provocar, inclusive, a criação de uma lei federal que protegia as terras comunais indígenas. Contudo, ele questiona: “Se supõe que chegou a democracia no Chile, mas ainda continuamos a ser assassinados na democracia, estamos sendo criminalizados.” – Miguel, povo Mapuche.



Katia, representante do povo Gavião, subgrupo do povo Timbira, que possui mais de 200 anos de contato com a sociedade não-indígena, parte da mesma premissa do companheiro Miguel:

“Em 1964, no tempo da ditadura sofremos, ela ainda continua, porque não somos ouvidos, respeitados.” - Katia, povo Gavião.

José Quintero, representante do povo indígena Ayu, localizado no que hoje é a Venezuela, também centraliza no Estado venezuelano a responsabilidade pela expropriação e destruição das condições metabólicas de reprodução da vida:

“Ayu, o ayu vive na água, num grande lago (Lagoa de Maracaibo) que tem 17 mil km, nos rios importantes Rio Yasare, que significa o rio onde bebemos. O Lago de Maracaibo foi convertido no lugar que produz petróleo da Venezuela (produzia 70% de petróleo da Venezuela), esta área era nosso território. O Estado se apropriou dele, não temos pescados, caranguejos, camarões. Perdemos tudo (...) Perdemos também os terrenos de nossos primos Guayu, porque o governo decretou Zona de treinamento militar. É isso o que produz o Estado, nos perseguem, isso é o que restou ao povo Ayu.” – José Quintero, povo Ayu.

É como uma basta! De que valem os tais consensos construídos em salas fechadas, vestidos de ternos e colarinhos brancos, com refrigeradores de ar e línguas que não são passíveis de serem compreendidas? Termos vazios, tecnicistas que dizem muito sem dizer nada. Consenso de Washigton, Consenso das Commodities, Consenso da Escassez Hídrica. Todos criados para legitimar as consensuadas crises, ora alimentar, ora energética, ora financeira. O certo é que de crise em crise o capital se expande através de um metabolismo destrutivo que a cada avanço provoca a impossibilidade de agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras artesanais, faxinalenses, indígenas, assentados e assentadas, camponeses, quilombolas, benzedeiros, ribeirinhos e ribeirinhas, quebra-deiras de coco, comunidades de fundo de pasto, vazanteiros, sertanejos, caiçaras e toda uma infinidade de povos e comunidades tradicionais de re-produzirem suas condições materiais de produção da vida.

Desde 2006, 2007 e 2008, com as crises alimentar, energética e financeira, nunca antes na história deste planeta se comercializou tanta terra nos mercados internacionais. Desde então temos uma alteração sistêmica de uma tendência espaço-temporal da aquisição de terras por estrangeiros em todo o mundo. Para a garantia das estruturas de poder que sustentam o sistema-mundo moderno-colonial, passa a ser imprescindível o controle pela produção de biocombustíveis, alimento e energia. BOOM!!! Terra, água e alimento, se tornam ativos de extrema valia nos mercados financeiros globais. Ora, a crise alimentar provoca a elevação no preço dos alimentos, que por consequência infla-

ciona o preço das terras, fazendo com que ela se torne um ativo financeiro. Quem controla grandes extensões de terra, controla, portanto, uma grande variedade de “recursos naturais”, como a água. Só entre 2006 e 2011, mais de 200 milhões de hectares foram adquiridos por governos e pelo capital financeiro em todo o mundo. Entre outubro de 2008 e agosto de 2009, foram comercializados 45 milhões de hectares. Um ano antes, a média anual era de 4 milhões de hectares.

Minério, petróleo, soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, gado, portos, estradas, refinarias, siderúrgicas, linhões, hidrelétricas, eólicas, pequenas, médias e grandes barragens, estradas de ferro. Estas e muitas outras são as diferentes facetas que o capital, cada vez mais financeiro e transnacional, se mostra. De norte a sul, de leste a oeste da América Latina, ora com governos conservadores e neoliberais, ora com governos progressistas, o desenvolvimento sempre se apresentou enquanto ameaça à reprodução dos territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais. E, ao longo das últimas duas décadas, o Estado foi tomando o protagonismo enquanto principal agente promotor de uma violência estrutural.

Não à toa, Zacarias, representante da Articulação Estadual de Fundo e Feixo de Pasto da Bahia, afirmava:

“Hoje fala da democracia e não sei o que, mas isso não existe. O Estado brasileiro é mentiroso, nada do que diz que é, não é. Depois da sistematização do material começamos a identificar quem são os nossos inimigos, para nós é o Estado brasileiro, o nosso maior inimigo.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

No Encontro ocorrido em 2016 o debate acerca das análises sobre o Estado apresentou extrema profundidade.

Ali, umas das recorrentes constatações atravessava a dificuldade de se ignorar o Estado, uma vez que muitas das garantias de direitos e acesso a recursos públicos passam necessariamente por ele. Mas a conjuntura mudou. O pacto de poder que viabilizou a governabilidade do período de governo petista caiu em 2015. Em novembro de 2018, já vivenciávamos dois anos de um governo golpista. Um mês e meio após o Encontro, Jair Bolsonaro viria assumir o governo brasileiro.

Veremos, ao longo desta memória, que as reflexões acerca das relações com o Estado, vocalizadas ao longo deste VI Encontro pela Terra e o Território, não se tratam necessariamente de uma completa negação a esta estrutura. Mas sim de uma necessidade de inversão, de um giro territorial, ou para além dele, de um giro que nos possibilite enxergar o mundo de cabeça para baixo, capaz de nos fazer perceber outros horizontes de sentido. Isto significa perceber que a rebeldia e a insurgência de povos e comuni-

dades tradicionais, que historicamente se negam à submissão do colonialismo interno, se apresentam enquanto alternativa concreta às novas-velhas formas de organização. O comer, o curar o habitar e o conviver se entrelaçam numa complexa e dinâmica teia de saberes e poderes que desafiam a ciência moderna eurocêntrica, os governos, Estados-Nação, enfim, toda uma estrutura de pensamento que precisa aniquilar toda e qualquer estrutura antagônica a ela. Sim, de fato precisa, pois ela é frágil. Não se explica por si mesmo e, por isso, está fada ao fracasso. Já dizia o subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional: o capitalismo não conseguiu aniquilar todos os movimentos rebeldes e insurgentes que se levantaram contra ele, durante as décadas de 1970 e 1980. E isto segue sendo uma ameaça a sua estrutura de poder, já que enquanto ele não aniquilar todo sentimento de insurgência e rebeldia, enquanto ele não nos matar por completo, ele não terá vencido. É certo que ele jamais conseguirá nos aniquilar, por isso, ele está fadado ao fracasso e nós, à vitória.

Sigamos, então, de olhos abertos, ouvidos atentos, tateando cada canto dessas páginas, cheirando e provando cada gosto de palavra cantada por cada um de nós, durante estes quatro dias de novembro. Que possamos lembrar as diversas relações de sentidos criadas com a terra, a água, as matas. Que possamos, por um breve momento de nossa história, voltar a sentirpensar este Encontro.



A invenção criativa da vida: o comer, o curar, o habitar e o conviver

Homens e mulheres indígenas Gavião, Xavante, Ayu e Mapuche, quilombolas, faxinalenses, de fundo e fecho de pasto, camponesas, atingidos por barragens, benzedeiros, sem-terra, assentados, marisqueiras e catadoras de mangaba. Vindos de diferentes lugares do Brasil e da América Latina, este coletivo de pessoas pôde, durante quatro dias, compartilhar suas diferentes formas de produzir material e simbolicamente a vida. Suas diferentes formas de conviver, habitar, comer, cuidar e trabalhar, que a partir de uma profunda relação com o ambiente, tecem a teia de uma construção política-comunitária capaz de contrapor as estruturas construídas por uma lógica que tende a produzir a morte sobre os territórios que produzem a vida.

São experiências inspiradoras de acesso à terra e ao território que se encontram em diferentes estágios de controle sobre a re-produção da vida a partir da autonomia. Em 2016, no IV Encontro pela Terra e o Território, a partir das trocas nos diferentes espaços se constituiu um consenso estruturante para a compreensão teórica-prática-política da construção da autonomia: o binômio terra-território. O sentido dado a esta dimensão passa pelo entendimento que o território de vida se constitui a partir da convivência entre as condições materiais e imateriais capazes de produzir a gestação necessária para reprodução do habitar, do cuidado, do comer e do trabalho. Não há território sem esse emaranhado de formas de vida que, em conjunto, constituem a teia necessária para re-inventar a vida. Não se constrói, a partir desta forma de ver e estar no mundo, um antagonismo entre o que é material – a terra, o alimento, a planta, o rio – e aquilo que é simbólico – o sagrado, a cura, o cuidado, o desejo. A conflitualidade, portanto, traduz às complexidades inerentes e as diferentes condições materiais e simbólicas de reprodução da autonomia de cada representação comunitária que ali estava presente. São lutas ancestrais que se desenrolam a mais de 300 anos, como nos compartilhou Miguel quando falava da resistência do Povo-nação Mapuche. O cacique Xavante Cosme Rite, presente no IV Encontro, em 2016, e que dessa vez trazia consigo seu filho Gonçalo, retoma a trajetória de retomada do território Xavante, no Mato Grosso:

“Anos 1960, meu povo foi retirado à força pelo branco, pela força aérea brasileira. Chegando no lugar, muitos morreram porque era um lugar desconhecido, mais ou menos 90 pessoas morreram por causa de uma doença chamada sarampo.” – Cosme Rite, Cacique Xavante.

E continua:

“Em 2003 tivemos muita mobilização para a gente voltar ao nosso lugar originário. Entraram em 40 guerreiros, que foram ameaçados pelos fazendeiros. Meu tio decidiu voltar onde a gente morava, na terra do parente. Nesse ano quase conseguimos entrar, decidimos ocupar a beira da estrada, ficamos 9 meses. A justiça ofereceu para a gente sair da BR e ir para um lugar provisório. Em 2012/2013 a terra foi devolvida pelo governo brasileiro. Para nós a terra é uma novidade, não a conhecemos.” – Cosme Rite, Cacique Xavante.



Cosme conta que seu nascimento ocorreu na beira da estrada, já que naquela época seu povo havia sido expulso do território. Foram mais de 50 anos entre a expulsão do povo Xavante e a retomada. Para alguém que nasce na beira da estrada, a conquista da terra faz dela uma novidade que traz consigo um horizonte de sentido em que os pés

pisam o chão do território.

“Nossa frase principal é: na devolução da terra para nós é como seremos no modo de ser xavante, como nossos antepassados. Nosso primeiro objetivo é a terra, sem a terra a gente não tem lugar, não tem alimento, não tem conhecimento. Estamos aproveitando a vivência dos velhos que estão vivos. Estamos em processo de conquista de nossas vidas. Sabemos como era antes pelos idosos, estamos buscando recuperar a vivência antes de termos que sair em outras terras de nossos parentes. Nossa história é longa.” – Cosme Rite, Cacique Xavante.

Nossa história é longa! O que é velho e novo se entrelaçam a todo o momento na fala do Cacique, que nos demonstra que não há possibilidade de r-existência no território sem habitar a terra.

“Depois da retomada, para nós da minha geração é uma novidade o território, porque não sabemos como podemos nos sustentar. Buscamos um projeto que se chama reflorestamento porque a minha área é bem degradada. Não temos caça, peixe, é tudo poluído. Mesmo assim, mantemos nossa existência, para nós é importante a terra e o território.” – Cosme Rite, Cacique Xavante.

Sem a terra e o território não há existência Xavante. E é esta existência que traz consigo o material e o simbólico carregados pelo binômio terra-território.

“O importante é manter a nossa vivência no território, tem pastagem, rio poluído, este ano, na nossa avaliação geral com a escola achamos que tivemos bom resultado, pois teve ritual de repasse para jovens. Esse ritual precisa de caça, nossos caçadores acharam as caças, arrecadaram muito e fizemos o ritual. A ideia é deixar as matas crescerem para virem os animais. O peixe, a caça está aparecendo de volta. Cada aldeia tem sua espécie de bicho, na 3ª aldeia tem muita anta. Tem uma parte de cerrado que é usada para medicina natural, tem uma parte em que caçamos. A 4ª aldeia é uma produção mais forte de roças, abóbora, banana. Na nossa é pastagem e só tá dando mandioca, e temos aumentado à produção de mandioca. Mapeamos tudo isso por causa do tipo de solo.” – Cosme Rite, Cacique Xavante.

A reprodução da vida no território traz consigo a memória, elemento constitutivo da educação indígena, aliada ao ritual de passagem dos jovens. O ritual não ocorre se a mata não ofertar a devida quantidade de caças suficientes para o alimento da festa. É preciso deixar a mata crescer para viverem os animais, pois do contrário não vivem os homens, as mulheres e os e as jovens Xavantes. É nesse processo aberto que se constrói enquanto caminha que a autonomia se reproduz. A geração do povo Xavante nascida na beira da estrada não sabia dizer o que era território. Quando habita a terra

e coloca em prática o conhecimento e a vivência dos velhos que estão vivos, a caça, o peixe e a mata voltam a aparecer e com isso há a re-existência do povo Xavante. Se entre 1960 e 2013 a geração Xavante nascida na beira da estrada não sabia o que era ter terra-território, em cinco anos se constituiu no imaginário a cartografia do tipo de solo. Essa grafia do solo materializa o habitar e cria as condições materiais que permitam a reinvenção da vida. O mapeamento se torna um elemento constitutivo do território e se torna uma arma para que nunca mais se esqueça da vivência Xavante, para que nunca mais aconteça a expulsão do povo Xavante de seu chão ancestral e político.

Elemento, que também surge na fala da Cacique Katia da aldeia Akrãtikatêjê, do povo Gavião, da região sul-sudeste do Pará. Ela já nos disse, e não podemos esquecer, que seu povo sofre desde 1964, com a Ditadura Militar. E quando volta a narrar sua história, parte da conflitualidade:

“Venho de um povo atingido da Barragem de Tucuruí, meu pai Payaré que era cacique, ele me elegeu como cacique por causa do machismo. Fizemos a cartografia social da Amazônia para permanecer na resistência, somos povo do rio e da montanha. Temos que respeitar e ser respeitados, somos marginalizados porque somos fortes na nossa identidade e defesa do nosso território, queremos ainda permanecer unido.” -
Katia Akrãtikatêjê.



Amanda, da juventude do Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), também do sul-sudeste do Pará, traz uma atualização da questão agrária regional quando associada ao que Katia compartilha conosco. Quando a Cacique se refere à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ela faz menção a um conflito que vai desde o início da década de 1960, passa pelo início da construção das obras em 1974 até sua conclusão, em 1985. Foram mais de duas décadas de conflito e resistência que os Gavião da Montanha passaram. Amanda atualiza o debate e nos mostra o acúmulo espacial e temporal da violência produzida historicamente pelo Estado, já que 50 anos depois há uma intensificação do conflitos:

“Estamos sendo atingidos por todas as frentes. Estamos num arco hidroviário e temos água, floresta, minério. Ainda tem a visão de que não tem ninguém morando. Nosso discurso é de fazer existir. Somos negados a todo o momento, nossas origens do campo.”

— Amanda, MAM.

Quando Katia apresenta, semelhante a Cosme Rite, a instrumentalização da luta através da Cartografia Social da Amazônia, ela deflagra um processo histórico e estruturante na formação do território nacional brasileiro: o discurso do vazio demográfico. O que Amanda explana quando vai direto ao ponto. Os povos amazônidas seguem há séculos tendo que re-criar suas distintas formas de linguagem, comunicação e estratégia, em um contexto espaço-temporal da resistência, para assim afirmarem sua re-existência frente a um Estado que os invisibiliza na construção do discurso para aniquilar suas diversas formas de reprodução da vida. Por isso a necessidade de um discurso de se fazer existir. São os povos que habitam os rios e as montanhas, que habitam as águas, as florestas e vivem sobre jazidas de minérios que se encontram na fronteira de expansão de um metabolismo destrutivo que em tudo que toca faz virar dinheiro.

De norte a sul, leste a oeste desse país há um padrão de violência sofrida por uma diversidade de povos e comunidades tradicionais que ali estava representada. Silas Borges, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens e da região do Vale do Guapiaçu – RJ, representa a luta de mais de uma década da região que outrora recebera o Terra e Território:

“Temos uma luta grande contra um projeto de barragem que visa o abastecimento de água para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Serão muitas propriedades, muitas famílias que perderiam suas propriedades (...) Sabemos que construir uma barragem iria destruir nossas comunidades.” – Silas Borges, Movimento dos Atingidos por Barragens.

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental afirmaram que o projeto da barragem atingiria cerca de 300 famílias. Silas e o MAB negam:

“Lá tem 1500 famílias.”

E com o anúncio da possibilidade de construção do empreendimento há a reprodução de um padrão nacional de violação de Direitos Humanos, indicado pelo MAB, em áreas que resistem contra a construção de empreendimentos deste porte:

“Com o anúncio da obra perdemos muito, acesso à educação, saúde, transporte, não consertam as estradas. A ponte caiu e não foi consertada pela prefeitura, nós que tivemos que consertar. Dizem que não compensa fazer para uma área que vai ser alagada.” Silas Borges, Movimento dos Atingidos por Barragens.

Zacarias, assim como Katia, Amanda e Silas, apresenta a trajetória de resistência das comunidades de fundo e fecho de pasto do oeste baiano, que assim como realidades apresentadas no Pará e no Rio de Janeiro, resistem para não serem afogados pelo grande projeto:

“Na década de 1970, surge à hidrelétrica de Sobradinho. Teve gente que foi embora e teve gente que ficou. Em 1976 jogaram a primeira água que não chegou a atingir toda a comunidade, em 1977, chegou perto, idem em 1978 e em 1979 a maior enchente. O pessoal muito preocupado já conhecia. A desocupação da área era para o grande Projeto (...) Esse pessoal vendeu a tudo e a todos para uma empresa industrial Agro Camaragibe, era a época do Pró-Alcool.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Não esqueçamos o que Cosme Rite, do povo Xavante, já nos disse: sem a terra não há lugar, não há como viver, pois é nela que se habita, se come e se constrói o conhecimento. A arrogância de um determinado modo de pensar e produzir o mundo, carregado e estruturado pelo patriarcado, pelo racismo e pelo colonialismo, não concebe que aquelas comunidades e territórios que estão sendo invadidos, cercados e destruídos são capazes de responder com a organização articulada e necessária para defender as suas condições fundamentais de reprodução da vida. Zacarias demonstra a rebeldia e insurgência que pulsa naqueles e naquelas que defendem suas terras quando estas passam a ser ameaçadas:

“A terra era do povo que vivia lá, decidimos a acabar com as terras da Camaragibe. A gente se organizou e com a ajuda da CPT a gente fez a demarcação. Aí começou, Jus-sara pediu a reintegração de posse em 2008. Disseram que iam acabar com qualquer resquício de posse para não dizer que a comunidade estava ali, derrubaram casas. Não

deixaram uma cerca em pé, mais de 70 km de cerca derrubaram tudo. Mataram o boi, os caprinos, num período de 15 dias fizemos mobilização, armamos barraca no meio da praça, ocupamos prefeitura.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Mais do que defender suas terras, as comunidades de fundo e fecho de pasto defendem outra forma de envolvimento, de convivência com o ambiente e ao fazerem contrapõe toda uma estrutura de pensamento:

“O pessoal chegou a dizer que os fundo de pasto são um entrave para o desenvolvimento. É um processo em que nós não estamos envolvidos, é progresso para alguns, desenvolvimento para alguns. A comunidade antes do lago vivia numa situação difícil, com a chegada da água a comunidade se fortaleceu (...) No projeto dizia que era desenvolvimento, mas era desenvolvimento para quem? A comunidade era rica em termos de riqueza de animais, vegetais, de cultura. A comunidade de fundo de pasto tem tudo isso.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

E é na contradição e na potencialidade que permeia o conflito que outros mundos se apresentam. Ora, o barramento que expulsa as comunidades de fundo e fecho de pasto é realizado, como mostrou o próprio Zacarias, para a retenção da água que viria a ser utilizada pela Camaragibe. Estas águas, roubadas e cercadas pelo capital com o aval do Estado, ao alagarem paulatinamente as terras outrora ocupadas por estes homens e mulheres, vão chegando devagarzinho nas áreas onde eles e elas foram sendo empurrados. E é justamente na chegada da água barrada pelo capital que a comunidade se fortalece. Se a Camaragibe e o Estado achavam que com Sobradinho o alagamento traria consigo a destruição de toda uma forma de vida, não! Ela provoca, na verdade, as condições materiais necessárias para a organização da insurgência frente a uma determinada concepção de desenvolvimento. Ou seja, na medida em que o capital avança com seu metabolismo destruidor ele vai criando e reforçando uma diversidade de formas de resistência, insurgência e rebeldia que só desapareceriam se aniquiladas por completo. Como não há desenvolvimento capitalista sem destruição da riqueza de animais, vegetais e cultura, presentes nas comunidades de fundo e fecho de pasto, por exemplo, ele vai sempre criar as condições objetivas para sua própria destruição.

Lembremos do Miguel, Mapuche, que já nos disse que o território do Povo-Nação Mapuche ia dos Andes ao Mar, e que hoje quem restou ocupa apenas 5% do território. Mesmo assim, ele reforça:

“Avanço em matéria territoriais, nos últimos 20 anos recuperaram cerca de 250.000 hectares, como um total. Nem 1% da demanda, um processo em curso de retomada. Experiências de locais que estão retomando dos monocultivos e se tornando áreas nativas.” – Miguel, povo Mapuche.

Se olharmos a partir de uma perspectiva comparativa podemos achar que quem tinha o controle de um território que ia dos Andes a Mar, recuperar 250.000 hectares não é muita coisa. Ora, lembremo-nos da importância do processo de retomada para o povo Xavante e o que a re-conquista da terra-território possibilitou para aqueles e aquelas que nasceram na beira da estrada. E mais, os 250.000 hectares significam apenas 1% da demanda.

É também pensando desta forma que Ana Rute, do Movimento das Mulheres Marisqueiras de Sergipe, compartilha as angústias, dores e sofrimentos de quem luta por terra e água:

“Os donos das terras fecham os lugares para não podermos ter acesso ao mangue, ao mar. É uma luta doída, por terra e água, os portos são fechados por carcinicultores que cercam e não permitem acesso ao mangue. Objetivo é tirar a cerca da água e ter acesso livre para os pescadores e pescadoras terem acesso aos recursos.” - Ana Rute, Movimento das Mulheres Marisqueiras de Sergipe.

Mas os sentimentos resultantes destes cercamentos são prontamente respondidos por estratégias de resistência que garantam a continuidade das condições materiais de reprodução e invenção da vida. Se há cerca que não permite acesso ao mangue, o objetivo é derrubá-la. Estes cercamentos de terra, água, florestas e montanhas – os lugares que habitamos – são muito bem definidos por Patrícia, liderança do Movimento das Catadoras de Mangaba, também de Sergipe:

“Depois que construíram a ponte entre Aracaju e a Barra dos Coqueiros, a especulação imobiliária chegou lá e acabou com metade das mangabeiras que tinha. [Agora é] o território das cancelas, quem é catadora de mangaba sabe, se for na cancela sul, na rosa, na verde, vermelha, na que não é pintada: você tem que pagar para catar mangaba. Nesse lugar se instalou condomínios fechados, resorts. Antes plantávamos maxixe, abóbora, feijão. Hoje a realidade da minha comunidade a gente paga para pegar mangaba, a cada dia que passa estamos em dificuldade. A afirmação de que o solo da restinga é pobre é falsa, porque dá mangabeira e muitas outras árvores. Se tiver dinheiro e pagar pelo licenciamento pode-se fazer tudo na restinga.” - Patrícia, Movimento das Catadoras de Mangaba.

Os territórios das cancelas provocam uma ruptura estrutural quando falamos da reprodução dos Territórios de Vida dos povos e comunidades tradicionais. Esta dimensão do

binômio terra-território traz consigo a base de uma trama que se constitui a partir de uma profunda relação que é tecida através das diferentes formas de lidar e cuidar das matas, rios, mares, terras, alimentos. Se não há território sem terra e terra sem território, se não há o primeiro elemento central para a re-produção da vida, àquele que lhe permite habitar para criar, não há vida. A cerca separa a vida comum, a cerca separa a comunidade, a cerca separa a terra e a água, a cerca separa o Gavião da Montanha, os Andes do Mar, as Mangabeiras das mangabas, as Marisqueiras do marisco, a vivência do território, o Ayu da água.

Mas os e as Gavião da Montanha, liderados por uma Cacique mulher, nomeada pelo pai para enfrentar o machismo, assim como Xavantes, Mapuches, Ayu's, Mangabeiras, Marisqueiras, resistem:

"A mata é a nossa vida, é dela que educamos nossos filhos. Sem a mata, quem somos nós? Somos ricos porque temos nossos alimentos da floresta, os conhecimentos que transformam a floresta." - Katia Akrãtikatêjê.



Canto do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

Levado por Ana Rute – Movimento das Marisqueiras de Sergipe

No Rio e no Mar: Pescadores na luta!
Nos açudes e nas barragens: Pescando liberdade!
Hidro-negócio: Resistir!
Cercas nas águas: Derrubar!
Derruba ou não derruba? Derruba!

Canto do Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Levado por Ana Rute – Movimento das Marisqueiras de Sergipe

Quando o sol nascer o dia
Eu levanto e saio bem cedo
Catar massunim, siri, aratu
Pescado do bom e caranguejo
Sou, sou marisqueira
Rainha do mangue
Sou guerreira
Sou, sou marisqueira,
Mulher de luta
Batalhadeira
É o vento que me dá
É o rio, é o mangue, é o mar
Dói no peito rio cercado
Dói no peito não ter pescado
Vem mulher lute e emancipe
Somos as marisqueiras de Sergipe

“Mas com fé e com força nós conseguimos, porque a luta do povo é isso: cuidar da vida!: É a nossa missão”

Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL, esteve conosco em 2016 no Vale do Guapiaçu, e pôde compartilhar com o coletivo sua maestria, articulando a mística com uma reflexão teórico-prática revolucionária. E é com sua radicalidade marcante, de quem vem da escravidão do latifúndio canavieiro, que ela começa:

“No último encontro eu estava grávida, hoje minha criança tem um ano e meio, começamos a criar um território de sementes.” - Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL

E segue:

“A produção agroecológica, camponesa ela não pode ser só para a gente, ela deve ser compartilhada, isso é território. Quando eu produzo isso pode ser compartilhado, eu me fortaleço, a partilha do conhecimento, significa que ele vai durar muito. A mesma coisa com as sementes, trazidas pelas negras, em seus cabelos, graças a elas temos muitas plantações, que ousaram fazer isso. Eu dou as sementes, eu partilho, porque se eu perder a semente eu posso ter ela de novo, isso é território.” - Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL

Não é a toa que Maria começa sua fala fazendo uma relação entre o último encontro, sua criança nascida e o território de semente que começou a ser gestado. Criança, semente, partilha, fortalecimento, conhecimento. Todas estas palavras apresentam as estruturas de um pensamento tecido a partir de um sentido muito marcado pelos povos e comunidades tradicionais: o comum. O território partilhado é fruto do conhecimento passado pelos antigos e antigas que cuidam das crianças como se cuida de uma semente. A rebeldia das mulheres negras, por exemplo, faz das sementes escondidas em seus cabelos o fruto necessário para a gestação não só de grandes plantações, como Maria compartilha, mas da partilha do conhecimento que se produz a partir/e com ela para construção da liberdade. Teríamos os quilombos se as mulheres negras não trouxessem consigo as sementes em seus cabelos? Criança e semente dão os frutos necessários para construção da autonomia, pois entrelaçam e tecem a memória, o conhecimento, a partilha e o cuidado revolucionário. Isso é território!



A cultura e a memória enquanto instrumento político-pedagógico são elementos estruturantes para a re-existência dos territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais, algo também presente na fala de Amantino:

“Elaboramos o jornalzinho que faz parte do projeto que apresenta as nossas conquistas. O jornal comunica a morte do Seu Acir Tulio, grande defensor das sementes criolas. Aquilo que ele semeou, temos procurado manter, e temos buscado forças para continuar a lutar.”
- Amantino Sebastião Beija, Faxinalense da Rede Puxirão de Povos de Comunidades Tradicionais.

Assim como na fala de Katia:

“Eu sei da minha cultura, eu amo a minha cultura, eu amo ser indígena. Hoje nós faz farinha, nós cria peixe, plantamos banana. A terra que você planta ela vai nascer, só não nasce se for pedra.” - Katia Akrãtikatêjê.

A dimensão do afeto, do amor e do cuidado se tornam revolucionários quando mobilizados a partir de uma perspectiva existencial. Neste forma de pensar e fazer – neste epistemologia desde baixo – comer, curar, habitar, conviver e trabalhar constituem uma complexa teia de relações política, de poder, de afeto e de saber. Não há território sem a vivência Xavante, não esqueçamos! Isto se mostra muito forte e presente na fala da Priscila Monnerat, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra:

“Temos que ter cuidado com a terra, recuperar a terra. A floresta produz a liberdade. Quando você acaba com a floresta você acaba com os povos e as suas culturas. Temos que resgatar a cultura florestal.” – Priscila Monnerat, MST.

Também não esqueçamos do que Katia nos disse a pouco: a mata é nossa vida, é dela que educamos nosso filhos! Katia e Priscila nunca haviam se visto. Entre elas há todo um país. Priscila veio do sul, Katia vive no norte, mas compartilham conosco uma mesma forma de ver, pensar, sentir e produzir o mundo. O cuidado com a terra mantém a floresta viva, em pé, e por isso permite que ela mesma eduque os filhos Gavião e sem terra. Se não há cuidado, não há floresta, não há cultura, não há vida.

“Todos estamos de passagem nessa terra, nossa preocupação é deixar nossos filhos seguros. Eles devem aprender explorar nossos produtos e não deixar eles serem explorados pelos outros. Buscamos autonomia, não queremos ser dependente do agronegócio, nosso produto deve ser processado pelas nossas próprias mãos. Se organizar, preparar nossos filhos, para defender, valorizar seus produtos, fortalecer a mata, sem agredir, nossos parceiros.” - Katia Akrãtikatêjê.

Katia complexifica o debate, pois aponta uma relação direta entre a dimensão do cuidado e da autonomia. Ao compartilhar parte da cosmogonia Gavião, ao afirmar que estamos de passagem nessa terra, Katia aponta uma compreensão existencial de um fazer político, uma vez que a dimensão da passagem pela terra traz consigo a ideia da comunhão dos bens naturais que ela produz. O bem que é comum! Avesso, portanto, a lógica estruturante do sistema capitalista que privatiza e cerca tudo e todos para dizer que é seu, por isso dá valor, cria demanda, gera lucro e morte. Habitar a terra é possuir as condições básicas para gestar a criança que nasce do corpo e o fruto que nasce da semente. Ambos compartilhados, o conhecimento, a terra, o afeto, a autonomia, a liberdade, que através da trama do cuidado tecem um território de sementes!

Essa dimensão da floresta em pé, da cultura como elemento constitutivo do pensar e ser, do binômio semente-criança, também se faz muito presente no corpo e na fala de Dona Ana, benzedeira do centro-sul do Paraná e integrante do Movimento Aprendizizes da Sabedoria (MASA), também da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais:

“O maior foco da minha ação é a defesa das fontes de água do monge João Maria que era da Guerra do Contestado. A terra, a água, a mata nativa não pode desaparecer, lá

fazemos espaço sagrado. Defendemos a água, a vida, as plantas medicinais livres de agrotóxicos. Nós queremos a fonte de água no relento, queremos elas rodeadas de árvores, no meio do mato. Nós não queremos ver o nosso espaço sem uma sombra. Nós não queremos que acabe nossa cultura dos nossos pais e nossos avós.” – Dona Ana, Benzeadeira.

Dona Ana é o território de semente plantado por seu pai e também por outras benzeadeiras que partilharam com ela o conhecimento. Este saber partilhado faz o trabalho das benzeadeiras ser regido e gestado por esta mesma lógica: o comum. Por isso ele não é cobrado. Não se cobra aquilo que vem do sagrado, da fé, do cuidado. É o trabalho para a população! E segue:

“A prática de cura eu aprendi com meu pai e depois com algumas benzeadeiras. Eu faço trabalho com bugreiro, ar da vista, cobreiro, dor de cabeça, dor de dente, massagem... para cada uma desses casos há o remédio certo, o santo certo. E tudo isso feito com fé. Cada caso que as benzeadeiras rezam pedem a graça para cada santo que conhecem que ajuda a curar. É trabalhando para a população, colocando a mão na cabeça para tirar a dor de cabeça. Não precisa tomar o tarja preta, que é o que os médicos recomendam. O trabalho das benzeadeiras, não é cobrado.” – Dona Ana, Benzeadeira.

Com sua certa dose de rebeldia, sarcasmo e bruxaria ela ainda solta: “não precisa tomar a tarja preta”! Mulher mestra e sabida sabe muito bem que a indústria farmacêutica através da etnobiopirataria rouba dos mestres e mestras o conhecimento sagrado das plantas e das rezas. Por isso a importância do território das sementes que mantém em vida pais, mães, avós e avôs que com suas histórias de grande valor compartilham conhecimento e cultura, compartilham resistência. O “tarja preta” não é apenas a substituição de uma forma de tratar determinada doença, ela é a aniquilação de uma compreensão da vida que entende a saúde a partir de uma perspectiva ampliada. Ele representa a recente junção da Bayer, fabricante de remédios, com a Monstanto, produtora de agrotóxicos, por exemplo. A saúde é muito mais do que a ausência da doença, ela é, em primeiro lugar, terra, água e mata protegida. Ela é o trabalho de benzeadeiras, rezadeiras e parteiras para o povo. Ela é o conhecimento teórico-prático que sabe fazer para cada caso uma planta, uma erva, uma reza, um santo. A saúde também é a fé! O “tarja preta” cega, cala, ensurdece e tenta tratar como loucura qualquer outra forma de compreensão da vida, da saúde. Por isso Dona Ana brada:

“Eu já fui chamada de louca, porque eu estou defendendo as fontes do monge, que isso é coisa antiga, mas não é. Precisamos cuidar da natureza, das águas. Enquanto eu tiver louca eu to defendendo o parque, as parteiras. Não vejo o território como é visto. E pela minha fé há um cuidado com a natureza. Onde tem cultura, festas, alimento, plantas, árvores. Pessoas valorizando suas plantas e suas práticas de cultura. Mas com fé, com

força nós conseguimos porque a luta do povo é isso. Cuidar da vida! É a nossa missão!!”
Dona Ana, Benzedeira.



Assim como Katia e Priscila que nunca haviam se cruzado na trama da vida, mas que partilham formas de ver o mundo semelhante, Dona Ana e Silas, do MAB e vindo do Vale do Guapiaçu, também vieram a se conhecer nesta teia que se conforma a cada encontro de política e afeto. E não deixaria de ser diferente. Dona Ana e Silas não estavam tão longe quanto Katia e Priscila, isso é certo, mas talvez se não fosse o Terra e Território jamais estivessem juntos. Ou, no mínimo, poderiam demorar um pouco mais a se esbarrar. Certo é que ambos veem na terra e na água uma centralidade inerente às condições materiais e simbólicas de produção da vida:

“A água é um bem que precisa ser cuidado e compartilhado. Hoje a nossa luta é pela água, devemos lutar pela água, ela corre um grande risco. Somos pouquinhos, bem pequenos, mas veja nossa responsabilidade, o povo vai perder o acesso à água. Lutar pela água é lutar pela soberania. É lutar para que o povo seja cuidado. Que a gente lute pela nossa água, se a gente não tiver a nossa água não teremos a nossa terra. Lutar pela água é lutar pela terra.” – Silas Borges, MAB.

Se no Encontro Terra e Território realizado no Vale do Guapiaçu saímos de lá com o entendimento que é a partir da terra e do território onde tudo começa, as falas de Katia, quando afirma que os Gavião são um povo do rio e da montanha, Dona Ana, Silas e tantas outras nos mostram que a atual conjuntura de conflitos faz com que os povos e suas experiências inspiradoras controle sobre a terra e ao território coloquem na mesma centralidade a defesa da água. Silas evidencia em suas últimas frases que a luta pela água é, também, uma luta para cuidar do povo. Que a luta pela água é também a luta pela terra e, portanto, se não há água não há terra. Ora, se não há território sem terra e terra sem água, não há vida se não houver o controle desde abaixo da terra-água-território!

Com sua imensa habilidade folclórica e grande mestre em contar histórias, José Quintero partilhou conosco a necessidade de mais do que levantar a bandeira de luta pela terra, água e o território, é preciso r-existir como e enquanto água. Lutar, mas não por algo que necessitamos ter, mas por algo que somos afinal nosso corpo é constituído 70% por água:

“Cada família tem um animal que o representam, como com a onça, com a serpente. Os brancos tinham espadas e canhões, viam o tigre e o matavam, matavam a cascavel, matavam os animais que representavam cada família. Perguntaram-se: como enfrentar o inimigo? Transformaram-se em pedra, transformaram-se em árvore: não adiantou porque a espada os cortou. Transformaram-se em água: espada passa na água, mas ela segue: é o elemento mais poderoso. Por isso estão nos retirando a água, porque ela é o que dá a vida e a força. Precisamos ser como água, unidos como uma só corrente.” – José Quintero, Ayu.

Maria José também nos oferece a possibilidade de nos fazer sentipensar à dimensão estrutural do tripé água, terra e território como constituinte da garantia das condições de reprodução da vida. Faz isso ao partilhar e coletivizar uma trajetória de vida e luta desde a escravidão na cana-de-açúcar:

“Eu venho da história da escravidão da cana, de comprar no barracão, trabalhar seis dias na semana e só conseguir comprar o ovo e a farinha (...) Eu trabalhava na cana desde a idade dos 8 e 9 anos, só tinha direito a trabalhar, tínhamos trabalho de 5 pessoas, que sempre estavam devendo, que matemática era essa? A cana de açúcar destrói as pessoas. Quando a gente sai da cana, fomos para favela, onde só tinha piolho, pereba e barriga grande. Nossa casa só tinha uma entrada, o banheiro era para todo mundo, não tinha porta. A periferia da cidade era de uma coletividade escrava.” - Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL

Uma trajetória de vida que traz em seu corpo e na palavra a história de todos e todas reunidos e reunidas neste Terra e Território. Corpos que trazem um acúmulo de diferentes tempos e espaços de uma violência estrutural que são, há um só tempo, produto e resistência de uma tentativa contínua do Estado moderno-colonial em colocar os e as de abaixo em condições existenciais de subalternidade. Que faz da vida de uma mulher a necessidade de sobreviver, um dia após o outro, enxergando, entre fumaça preta e fuligem, a cana que destrói as pessoas, o piolho, a pereba e a barriga grande: a coletividade escrava que vai do latifúndio à favela. E são estes corpos produtos-resistência que se constituem enquanto sujeitos e sujeitas a partir da conflitualidade, marcados por uma trajetória de vida que negocia sua sobrevivência e resistência sobre o combinado – individual e coletivo – de não morrer a cada tentativa de extermínio e assassinato.

Mas é também a partir das epistemologias vocalizadas advindas de experimentações teórico-práticas partilhadas por cada mestre e mestra de grande valor que se encontra o convite a nós – professores/as, acadêmicos/as, técnicos/as – poder experimentar e conceber concepções abertas e insurgentes sobre aquilo que entendemos sobre Poder. Se há na gênese do capitalismo uma condição de expansão que se sustenta sobre a destrutibilidade de qualquer forma de vida que se oponha às dinâmicas metabólicas de reprodução deste sistema, há de se aniquilar todas as formas de vida que resistam a ela. Ora, há, portanto, a essa necessidade de superexploração da terra, da água, da vida, uma condição de destrutibilidade de toda forma de vida que a ela resistir. Se a cada deliberação arbitrária, hierárquica e soberba de aniquilar toda e qualquer forma de vida que se oponha a essa dinâmica houver o combinado – individual e coletivo – de r-existir às múltiplas formas de extermínio e assassinato, há vitória. Pois o curso da história é, ao mesmo tempo, longo e curto, rápido e lento, mas são as sementes que gestam os frutos de um horizonte rebelde que se avizinha ali: embaixo e à esquerda.

No VI Encontro Internacional pela Terra e o Território cada corpo ali presente, cada liderança comunitária ali presente expressa – direta ou indiretamente – a materialidade e o entendimento que os/as fazem conceber uma práxis revolucionária desde a rebeldia e a insurgência.

Seguimos, então, a escutar o que nos disse Maria:

“Para eu abrir a boca, foi uma caminhada, de idas e vindas. Eu era escrava, escravo fala da sua vida? Não fala, só obedece. Eu achava que não era certo viver como escravo e eu decidi ir para o MST. Foi a minha libertação. Foi aí que eu decidi que era aqui que eu queria ficar, ter meus filhos, minhas sementes.” - Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL

Priscila, que vocaliza sua história após Maria José, traduz onde está o desafio: na libertação das mulheres para construir a derrocada do patriarcado,

*“O grande desafio agora para mim é como a gente traz essa mulherada que tem experiências com as sementes, com o cultivo, essas resistências cotidianas são importantes contra as transnacionais. Isso é importante, essa parte cotidiana, pouco vista, pouco reconhecida. Libertar as mulheres, assim como libertamos a terra, libertamos as sementes.”—
Priscila Monnerat, MST.*

Se entender como água, unidos como uma só corrente. A liberdade da terra, da água, do território. A liberdade que permite ter fruto e ter o alimento. A liberdade da mulher.

Não é, Maria José?

“Confiança não se compra, confiança se conquista. Quando a gente tem terra, a gente tem poder, não o capitalista, mas o poder de ter a terra, plantar, ter água. Hoje eu tenho 10 hectares de terra, uma nascente, alimentos. Minha terra era terra de cana (...) Eu gosto de árvore porque trabalhei muito tempo no sol. A árvore dá sombra, dá água, dá fruto, dá lenha na hora de fazer a poda, isso dá autonomia. Quando eu construo minha casa de farinha e faço minha própria farinha isso me dá autonomia (...) Vamos começar a pensar na nossa alimentação, porque quando eu tenho alimentação eu tenho autonomia, liberdade.” - Maria José Cavalcante, da Comissão Pastoral da Terra – AL



Como Maria José adiantou a partir da figura das mulheres africanas que trouxeram consigo as sementes guardadas em seus cabelos, são elas que possuem um papel central no cuidado, armazenamento e reprodução das sementes. É marcante, também na fala das mulheres, essa relação profunda entre a gestação da semente e da criança e a conexão que ambas fazem entre passado e futuro, memória e conhecimento, trazendo centralidade estratégica para a garantia e reprodução da vida e da cultura sobre um fazer político centrado na autonomia. O machismo estrutural se impõe enquanto projeto de poder e de construção de um mundo que opera sua existência a partir e através do aniquilamento de todas as formas de vida e organização que possam vir a ameaça-lo. Não é por acaso, portanto, que ele se imponha através do controle material e simbólico sobre a vida das mulheres. Não é por acaso que são as mulheres negras as que mais morrem. Há uma profunda relação, e é isso que nos aponta Priscila, entre a tentativa do capital multinacional no controle sobre aquilo que é condição básica para a reprodução da vida: a semente, a terra e a água. Todas elas têm na mão das mulheres o protagonismo por um cuidado que é político e insurgente, pois existe porque r-existe a toda e qualquer forma de opressão. É por isso que não há terra livre, que não há semente livre, não há cultivo livre se a mulher não estiver livre!

MULHER RENDEIRA

Trazida por Maria José Cavalcante – Comissão Pastoral da Terra - Alagoas

Olê mulher rendeira, olê mulher renda
Se a mulher ficar em casa, nunca vai se libertar (2x)
Minha mãe teve 3 filhas com o nome de Maria
Trabalhava sempre em casa, só meu pai é quem saía.
Hoje tenho orgulho dela, que criaram autonomia
Quando quis fazer um verso, e as mulheres exaltar
Me alembrei de Margarida
Que era muito popular
E jogou uma semente para gente cultivar
As mulheres do Nordeste têm a fama de valente
Mesmo semianalfabeta
No trabalho é competente
Com justiça e igualdade até com presidente

“Quando a gente briga pelo território é este espaço de liberdade. O porco vai, o boi vai, o jumento vai, a pessoa vai.”

“A gente lá na comunidade briga como o diabo, mas na hora de defender a terra a gente briga que nem abelha, vamos todos juntos. A comunidade tinha foice, machado, facão. A comunidade enfrentou. Os tratores, as pessoas armadas (...) Quando a gente briga pelo território é este espaço de liberdade. O porco vai, o boi vai, o jumento vai, a pessoa vai.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Já vimos até aqui como as dimensões do habitar, do comer e do cuidar são aspectos estruturantes para a garantia da reprodução da vida. Mais do que isso, são aspectos que quando controlados pelos povos se tornam sementes capazes de produzir a gestação da árvore que produz a lenha, o fruto e a sombra; o alimento; a nascente que produz a água; a liberdade, a autonomia e o poder. O poder antagônico ao capitalista, como acima nos ensinou Maria, que é aquele capaz de produzir vida em abundância. Aquele que produz fartura.

É isto que nos traz Zacarias, a luta pelo direito de ser livre. De alguma forma esta dimensão se faz presente ao longo de toda esta tentativa de nos reconectar com as palavras cantadas ao longo deste Encontro, mas há uma dimensão que se expressa de forma mais direta nesta fala de Zacarias: a da convivência enquanto uma racionalidade ética que emerge como crítica à racionalidade econômica. Trata-se de colocar a dimensão da ética estritamente ligada a dimensão ecológica trazendo consigo, portanto, a centralidade da crise civilizatória que o acúmulo espaço-temporal do desenvolvimento capitalista nos coloca. A pessoa vai por último e vai porque segue o porco, o boi, o jumento e o bode. E estes vão porque não há cercas que nos secam e cegam, mas porque a terra de fundo e fecho de pasto é comum aos seres vivos. Zacarias contrapõe a razão moderna, que se expressa a partir de uma matriz antropocêntrica, de forma radical: a espécie humana não só sai do centro, mas vai para o último lugar da fila. Vai aonde o bicho for! E ele segue:

“Quando a gente começa a fazer luta, a gente não está mais sozinho. A gente tá rodando o tempo todo mas não está sozinho, nos sentimos útil porque podemos contribuir com o sofrimento do outro, isso é uma construção que tem que ser pensada em todos os níveis. É uma formação. Minha mãe é semi analfabeta, meu pai era vaqueiro e ela dizia: meu fio, tem que plantar para tudo, colocar vários grãos, um para a lagarta, outro para o pássaro

e outro para a gente. Assim é a nossa luta, dependendo de cada coisa que cada um faz, isso é agroecologia.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

A racionalidade que se expressa a partir da vocalização do Zacarias coloca no centro do debate a dimensão da ética do conhecimento, que traz consigo o cuidado e o respeito por tudo que existe ao seu redor. Tem que plantar para tudo, dizia sua mãe, e na mesma ordem daquela fila do tal espaço de liberdade: o grão vai para a lagarta, vai para o pássaro e depois para “a gente”. Não há portanto uma análise racional-econômica que mensura e calcula todo o processo para então dominar a natureza, pelo contrário. Faz-se a partir de uma racionalidade ética que parte da convivência, do saber-fazer que é causa e consequência do poder errar para saber-fazer. Que observa, escuta, toca, prova e cheira a natureza: que a sentipensa.

“Ouvi muito a palavra agroecologia e gostaria de dizer o que penso sobre a agroecologia.

A primeira coisa, é falar, ouvir e escutar a natureza. Em relação a produção seria: produzir para se alimentar e se alimentar bem. A nossa luta e a nossa relação com a natureza:

porque precisamos ouvir, olhar e escutar a natureza. Temos que entender como ela se organiza, cada ser depende do outro, a semente, nasce a flor, a abelha faz a polinização.”
– Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Esta dimensão ética do conhecimento também se expressa na fala de Amantino, faxinalense:

“Estamos existindo e r-existindo porque temos uma maneira de lidar com o território, temos preocupação com os demais (...) A gente dos faxinais tem o uso da terra compartilhado para produção animal, que é criado à solta, cada faxinal tem acordo comunitário, seguindo a prática do fio do bigode.” Amantino Sebastião Beija, Faxinalense da Rede Puxirão de Povos de Comunidades Tradicionais.

O que vale é o acordo comunitário que legisla sobre a forma de lidar com o território a partir da ética do comum: o uso da terra compartilhado. Esta confrontação a uma racionalidade econômica que nos provoca, quando nos leva ao centro da crise civilizatória, traz consigo uma concepção política insurgente que questiona a normatividade jurídica do Estado moderno-colonial. Em outro momento, já pudemos ler a crítica a concepção democrática vigente e aqui, neste momento, ela surge enquanto resultado do fazer política desde uma compreensão de mundo desde abaixo:

“O legal não necessariamente é legítimo. Aquilo que é legítimo, que tem um dever ético, um dever ser que deve ser sistematizado como conviver ,como práticas, tra-

dições intergeracional. Focar mais nas práticas tradicionais de fato legítimas. Inclusive aquelas sistematizadas apenas oralmente. Como se resolvem conflitos nas distintas comunidades? Precisa sempre ir à justiça tradicional ilegítima, ou pode-se criar formas próprias?” - Miguel, povo Mapuche.

Os questionamentos de Miguel, representante do Povo-nação Mapuche, são estruturais. Qual a legalidade de uma justiça ilegítima? Qual o dever ético desta legalidade? A quem ela serve? Miguel propõe o olhar para baixo, convida a todos e todas a pensar desde a sensibilidade jurídica comunitária, como apontou Amantino. Se há sistemas jurídicos e normativos frutos de uma fazer direito que pensa onde a cabeça pisa, por que buscar a legalidade ilegítima do Estado? O conviver se torna o fio condutor de um território tecido desde as práticas e tradições dos povos, fazendo crer no poder que se fortalece desde a autonomia ao oferecer concretamente outros horizontes de sentido. Horizontes que são vistos a frente a partir de uma mirada que olhe desde abaixo e para trás. Por um fazer direito que é achado na rua, nas águas, nas matas, no campo.

“A justiça nem sempre é justa e o direito nem sempre dá direito. Precisamos acreditar naquilo que acreditamos. O processo jurídico só anda com mobilização política, senão ele é morto. O direito não é do juiz, o juiz não é o dono, o direito é da comunidade, a gente tem que pensar por nós mesmos, a gente tem que decidir por nós mesmos.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Zacarias não para:

“Queremos aquilo que é de direito nosso, direito é fato, ele existe, mas ele precisa ser buscado porque ele não se manifesta por si só. A lei não é o direito, é um instrumento para fazer valer ou não o direito, que está acima da lei, precisamos ser uma comunidade interpretativa, como obedecemos a lei sem nos submetermos a ela (...) Temos que ser comunidades interpretativas, temos que fazer a nossa interpretação, o que tem nesse Estado que é bom para nós?” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Zacarias questiona o monopólio do dizer e do fazer o Direito do Estado moderno a partir da sua experiência, enquanto sujeito coletivo, de fazer e refletir sobre sua condição de subalternidade que lhe é imposta por uma justiça que não é justa. Miguel já nos disse antes que o genocídio do povo Mapuche é provocado pelo Estado chileno e argentino, José Quintero também partilhou que a expropriação do território Ayu é provocada pelo Estado e Zacarias também já nos disse que a democracia não existe e que o Estado brasileiro é mentiroso! Fruto deste processo histórico de resistência, interno e externo, e de luta pela libertação que emergem formulações de uma refletir e um fazer Direito desde os povos. É no calor do conflito que são expostas as contradições de uma crise civilizatória, onde comunidades interpretativas formulam proposições de um Direito insurgente.

A lei não é o Direito e o Direito não é do juiz, o Direito é da comunidade porque é ela quem a faz, pois é ela quem decide por ela. A reflexão lançada por Zacarias, Miguel e tantas outras e outros surge como um recado que ecoa as gerações que estão por vir: “como obedecemos à lei sem nos submetermos a ela?”. Ela vem como questionamento, mas Zacarias dá as pistas:

“Tinha a lei lá que era para sair, a gente brigou e ficamos no território. Temos que estar sempre convivendo com a lei sem ser submisso, porque não fomos nós que fizemos a lei, ela vai ser boa quando a gente fizer a lei. A autogestão do nosso território, precisamos criar um Estado gerido por nós, para que a gente administre a nossa vida.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.



Põe a Semente na Terra

Maria José Cavalcante – Comissão Pastoral da Terra - Alagoas

Toda semente é um anseio de frutificar /
e todo fruto é uma forma da gente se dar.

Põe a semente na terra, não será em vão

Não te preocupe a colheita, plantas para o irmão (2x)

Toda palavra é um anseio de comunicar /
e toda fala é uma forma da gente se dar.

Todo tijolo é um anseio de edificar /
e toda obra é uma forma da gente se dar.

Tecendo as redes da insurgência

Quando o tema do VI Encontro aponta para a necessidade de superar as fragmentações das experiências inspiradoras de acesso a terra e ao território para criar as redes de vida e resistência, é porque há um desafio, também presente no IV Encontro, que perpassa pela colonialidade do poder e do saber: a questão da escala. Estiveram reunidas durante quatro dias representações de experiências organizativas que centram suas ações e articulações centradas no espaço e pensadas em escala. É o caso da Teia dos Povos, no Maranhão, assim como a Articulação Faxinalense e a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, o Povo-nação Mapuche, a Articulação de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, além de movimentos nacionais como o MST, o MAB e o MAM.

Pensar uma escala contra-hegemônica passa por negar sua concepção matematizada e hierárquica historicamente constituída. A nivelção e a conseqüente hierarquização escalar reproduzem uma lógica que torna o poder hegemônico inalcançável e tira do “campo de jogo” a capacidade da ação de alcançar e trabalhar em outras escalas. Várias exposições trouxeram a necessidade de produzir seus saltos escalares para que a luta possa alcançar incidência interna e externa ao território, como relata Zacarias:

“Tudo depende de como a comunidade se organiza, a luta é dela, enquanto povo que luta, devemos se munir de tudo o que é necessário para lutar, a organização tem que ser feita em todos os níveis. Por isso que a gente precisa fortalecer as ligações internas, para saltar para outro nível de organização maior de fora do território, temos que saltar do território para além, precisamos ter esse cuidado para ver como a gente se organiza com a comunidade. A gente que mantém o Estado vivo. A terra precisa estar vestida, por isso precisa plantar.” – Zacarias, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia.

Zacarias chama atenção à necessidade de se organizar em todos os níveis para acessar e saltar para outro nível de organização maior fora do território, cujo tempo muitas vezes é muito mais rápido do que o tempo do território. Escala também é tempo e por isso escolher em qual escala atuar – para dar o salto do Zacarias – é também, e quase sempre, escolher determinado sujeito, um modo e um campo de confrontação. Por isso é fundamental escutar e aprender com as diferentes formas de organização centradas no espaço e na escala, como a Articulação Faxinalense e a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais:

“Vou mostrar a forma como funciona a articulação faxinalense, é como um caracol, a comunidade está no centro, cada faxinal tem 3 ou 4 pessoas que são representantes e desses dois são coordenadores de núcleo. Desses, são tirados dois titulares e suplentes, que passam a fazer parte da coordenação geral, que é um espaço deliberativo do movimento, da coordenação geral se organiza a coordenação executiva que direciona várias secretarias.” - Amantino Sebastião Beija, Faxinalense da Rede Puxirão de Povos de Comunidades Tradicionais.

Esta estrutura de organização política e comunitária em caracóis da Articulação Faxinalense se assemelha ao modelo de organização do Exército Zapatista de Libertação Nacional, que na interpretação do subcomandante insurgente Marcos se tornam a porta para os excluídos entrarem nas comunidades e para as comunidades acessarem o mundo de fora. Nesta espiral a centralidade está na comunidade e é dela que saem as deliberações e demandas, ou seja, o que está “embaixo” manda no que está “em cima”. Semelhante à organização da Teia dos Povos:

“Cada comunidade é uma teia que se encontra, debatem e se articulam, depois dos encontros das distintas teias, levam-se as demandas para a teia maior, um encontrão da teia. A partir da teia, precisamos buscar novas formas de lutar, o inimigo é o mesmo. Retomadas não só do território, mas da educação, da cultura, da religiosidade. Não criar mais movimentos, mas articular. A luta nunca foi fácil, mas a perspectiva é de piorar.” – Paulo Henrique, Teia dos Povos do Maranhão.

São inúmeros os desafios que perpassam pelo compromisso político da criação de um mundo onde caibam todos os mundos e a comunicação entre estes vários mundos se torna central e estratégica. O encontro é uma forma de comunicar, de olhar no olho e escutar com o coração, como assinala Patrícia:

“Os encontros que temos realizado tem sido de fundamental importância para nosso fortalecimento. São vários encontros, neles, além da gente poder se conhecer cada vez mais, podemos saber das estratégias de garantia do território.” – Patrícia, Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Na tentativa de materializar as redes de vida e resistência direta ou indiretamente relacionadas a partir das experiências vocalizadas neste VI Encontro pela Terra e o Território, tecemos uma rede de insurgência a partir de uma racionalidade desde abaixo que converge no entendimento sobre a necessidade de controlar desde a autonomia as quatro dimensões de re-produção da vida: o comer, o curar, o habitar e o conviver. Afinal, como partilhou Paulo Henrique:

“A luta é a mesma, aqui vocês lutam pela Amazônia, lá nós lutamos pelo Cerrado, a luta é pela vida.” – Paulo Henrique, Teia dos Povos do Maranhão.



CARTA DA AMAZÔNIA

Nós, comunidades, povos tradicionais e professores-pesquisadores do Brasil e da América do Sul reunidos na Amazônia, na cidade de Marabá, entre os dias 8 e 11 de novembro no VI Encontro Terra e Território – Superando Fragmentações, Tecendo Redes de Vida – tendo em vista nossas responsabilidades diante da vida e da humanidade, vimos a público manifestar nossas preocupações, fruto de 4 dias de intensa reflexão, frente aos desafios que se nos apresentam no novo cenário político da conjuntura brasileira, latino-americana e mundial.

Manifestamo-nos desde a Amazônia, região que por suas características metabólicas e socioculturais tem grande relevância para os destinos da vida em nossa casa maior, o planeta, e para a humanidade. E o fazemos a partir de um rico acervo de conhecimentos forjado por etnias, povos e nacionalidades que habitam a região há mais de 10 milênios, enriquecidos com a contribuição de camponeses que vieram de vários lugares do Brasil e do mundo habitar nossas várzeas e terras-firme, e em diálogo com cientistas que sabem que não há vida sem conhecimento e, por isso, dialogam com essas tradições de conhecimento. Portanto, estamos longe de um vazio demográfico, como colonialmente se pensa de fora nossa região e, ao contrário, estamos diante de uma região diversa, densa em horizontes mais justos para a vida. Tudo isso nos coloca responsabilidades, nos obriga e autoriza a alertar a comunidade brasileira, latino-americana e internacional para as ameaças que nos cercam.

O Sul e o Sudeste do Pará, de onde nos manifestamos nesse momento, vem sendo, há 40 anos, objeto de um processo social e econômico marcado por extrema violência e devastação, tendo como eixo a mercantilização da vida pelos negócios do agro que forjam uma concentração fundiária alarmante e violenta, seja pelos negócios da água que mudam os sentidos dos rios e afundam comunidades, seja ainda, pela maior planta de extração mineral em operação no mundo que, para levar ferro para os principais centros industriais, saqueia riquezas retirando as condições de existência para inúmeras comunidades e povos tradicionais. Pela produção do carvão vegetal, pela formação de pastagens e pela expansão de monocultivos, esse complexo de devastação e violência consumiu a mais densa floresta do mundo. Quanto açaí, quanta bacaba, quanta taperebá, quanta pupunha, quanta castanha, entre outros muitos frutos, deixaram de alimentar tanta gente para garantir a sanha de acumulação de capitais irresponsável com os destinos da vida humana e não-humana. Os efeitos perversos desse processo social, sentidos principalmente pelos povos originários indígenas, pelos quilombolas e pelos camponeses da região, não se restringem a eles e se propagam pelo continente e pelo mundo pela função que a floresta amazônica cumpre no equilíbrio metabólico do nosso planeta, sobretudo pela água que, por evapotranspiração, irriga amplas regiões do país, do continente e do mundo. Não são poucas as cidades não-amazônicas que já acusam falta de água para abastecimento, pela devastação produzida com tanta violência contra a floresta Amazônia e seus povos.

Alertamos para as ameaças que se colocam a partir do novo cenário político brasileiro em que as novas autoridades falam abertamente em fazer regredir os compromissos ambientais assumidos até aqui pelo Brasil, como o abandono dos Acordos de Paris, assim como as aber-

tas ameaças de etnocídio contra os povos indígenas e quilombolas, ao não reconhecer seus modos de vida, inclusive suas formas comunitárias, numa visão reducionista da riqueza da espécie humana ao querer, colonialmente, reduzir a vida social ao indivíduo, à propriedade privada e à ideia de que tudo se resume a compra e venda para ganhar dinheiro. O cenário também preocupa com a descabida ameaça de tipificação de movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o movimento indígena e quilombola, como terroristas, demonstrando que a função social da propriedade e os instrumentos de justiça social que se construíram em nossa jovem democracia, encontram-se abertamente ameaçados. Os assentados da reforma agrária que, com muita luta, sangue e lágrimas conseguiram conquistar 85 milhões de hectares de terra em todo o território nacional e adubam a terra de justiça, encontram-se no centro da ameaça. O mesmo se estende a todas as comunidades e povos tradicionais que, ainda que insuficientemente, vinham começando a se fazerem conhecidos e respeitados em sua dignidade de grupos diferenciados de que, em sua maioria, também têm a prática de fazer uso comum da terra, da água, enfim, das condições necessárias de reprodução da vida. Enfatizamos, também, a importância do cuidado, que mantém, não somente a vida, mas os modos de existir de cada comunidade. As mulheres sempre tiveram papel primordial na reprodução e no cuidado com a vida das novas gerações, papel esse que, apesar de tamanha centralidade, ao proporcionar a própria existência da comunidade, sempre foi invisibilizado. As violências cotidianas ou pontuais, físicas ou emocionais, que atingem as mulheres e se somam às dificuldades de um caminho já árduo, precisam ser combatidas por todos, não só por elas. A questão de gênero precisa ser reconhecida em seu peso e precisa ser debatida com os jovens em escolas, por exemplo, sem que aqueles que trazem o debate possam sofrer perseguição ideológica. Nesse sentido, para que as mudanças de caminho passem toda a sociedade, é necessário que os jovens façam parte do debate.

Reiteramos a necessidade de políticas de estímulo e valorização dos jovens que, no entanto, só terão sentido, com um horizonte ético para a vida em liberdade, igualdade e respeito à diversidade étnico-cultural. Preocupa-nos, também, a visão militarizada do enfrentamento da segurança pública, num país cujos números alarmantes de assassinatos, mais 62 mil no ano de 2017, têm como principais vítimas os jovens pobres e negros das periferias urbanas, onde cresce a nefasta presença de milícias com o envolvimento, não raramente, de membros das forças policiais. Racismo e machismo devem ser encarados como são, como problemas profundamente estruturais, que influenciam nos caminhos que seguimos, caminhos esses que devemos reconstruir para seguir vivendo.

Alertamos, ainda, para as ameaças que pairam contra todas as práticas de educação popular desses povos e comunidades que colocaram processos de formação no centro de suas buscas e, para isso, sempre apoiaram e interagiram com o sistema público nos diferentes níveis de ensino. Em várias regiões do país surgiram experiências exitosas de relação entre o ensino público e os interesses dos grupos sociais em luta por justiça e dignidade que, no momento, encontram-se sob a ameaça de aprofundamento de uma irresponsável visão privatista já em curso. A educação do campo, a educação escolar indígena e todas as interações entre comunidades, movimentos e a universidade, que honram valores que respeitam a dignidade dos diferentes grupos sociais, encontram-se sob a ameaça de uma visão política da educação que

a quer como negócio e doutrinação, mesmo quando se diz “escola sem partido”.

Enfim, não só a Amazônia vem sendo alvo de um processo de desenvolvimento que quebra o envolvimento das comunidades e povos em seus territórios de vida. A presença entre nós do povo mapuche que habita ao sul do Chile e da Argentina, do povo wayuu e añuu que habita a ocidente da Venezuela, assim como de colombianos, bolivianos e peruanos nos fez ver que está em curso um violento processo expropriatório que busca desterritorializar esses povos e comunidades para saquear os minérios de seu subsolo, extrair o gás e o petróleo de suas entranhas, explorar seus solos com monoculturas para exportação, enfim, para nos manter na condição de supridores de matérias primas para os centros geográficos mais dinâmicos do sistema mundo capitalista que nos habita há 500 anos!

Convocamos a todos e todas a nos mantermos alertas diante dessas ameaças. Contamos com a solidariedade de todos e todas sabendo de nossas responsabilidades de mantermos a diversidade da vida com a diversidade de nossas práticas culturais. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território, assim se manifestaram nas ruas os povos indígenas e camponeses da Bolívia e do Equador, ainda nos anos 1990. Mais que desenvolvimento queremos Vida em Plenitude (Suma Qamaña, Sumak Kausay ...), o que implica respeitar diferentes modos de estar no mundo. Assim é a vida, assim é a humanidade: diversa! Vida Longa aos Mapuche, aos Wayuu-Añuu, aos Xavante, aos Gaviões, aos Faxinalenses do Paraná, aos Agricultores e Agricultoras Ameaçados pela Barragem em Guapiaçau (Rio de Janeiro), aos quilombolas do Bracuí, às Assentadas e Assentados do Assentamento Agroecológico do Contestado (MST-Paraná), às Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, às Marisqueiras de Sergipe, às Assentadas de Alagoas, às Catadoras de Mangaba de Sergipe, às Benzedeiras do Paraná, aos Assentados e Assentadas do Assentamento Palmares, assentamento 1 de março e 26 de março (MST-Pará). Somos como a água que não se quebra, que se conforma às circunstâncias, infiltra-se, movimenta-se com as marés em diálogo com a Lua, emergindo como a fonte que dá vida e tem o céu como limite, para voltar à Terra e alimentar nossa mesa e nossos sonhos!

Marabá, Amazônia, 11 de novembro de 2018.

PARTICIPANTES

(E que assinam a carta)

- 1- Amantino Sebastião de Beija – Faxinalense –PR.
- 2- Ana Maria dos Santos – Benzedeira do MASA - PR.
- 3- Ana Rute Rocha Santos – Marisqueira de Sergipe - SE.
- 4- Charles Trocate – MST/PA.
- 5- Cosme Rite – Indígena Xavante - MT.
- 6 - Eduardo Salazar – Assentamento Palmares - PA
- 7- Fernando de Oliveira – IALA Amazônico.
- 8 – Flávia Sabrina Lima – MAM/PA.
- 9 – Ivo de Souza Leal – IALA Amazônico.
- 10- José Quintero Weir – Indígena Wayuu-Añuu,- Antropólogo-Ativista.
- 11- Katia Akrãtikatêjê – Cacique da aldeia Akrãtikatêjê – PA.
- 12- Marcos Vinicius Francisco de Almeida - Comunidade Quilombola do Bracuí – RJ.
- 13- Maria José Cavalcante – Camponesa - CPT - AL.
- 14- Miguel Angel AT Mapuche – Indígena Mapuche.
- 15- Patrícia Santos de Jesus – Mangabeira - Catadora de Mangaba - SE.
- 16- Paulo Henrique Almeida Andrade - Teia dos Povos Maranhão.
- 17- Priscila Facina Monnerat – Assentada do Assent. Contestado – ELAA-MST- PR.
- 18- Silas Borges Evangelista – Agricultor de Guapiaçu – RJ (MAB).
- 19- Zacarias Ferreira da Rocha – Povos e Comunidades de Fundo de Pasto – BA.
- 20- Adriane de Andrade - Geógrafa-Ativista – UFPR.
- 21- Alessandro Peregalli – - Itália / UNAM (México).
- 22- Alexander Panéz – Assistente Social-Ativista - MODATIMA – Chile.
- 23- Ângela Massumi Katuta - Geógrafa-Ativista – UFPR.
- 24- Bruno Malheiro – Geógrafo-Ativista – UNIFESSPA.
- 25- Carlos Walter Porto-Gonçalves - Geógrafo-Ativista – LEMTO/UFF.
- 26- Claudio Dourado – Antropólogo - Ativista – CPT – BA.
- 27- Danilo Cuin – Geógrafo-Ativista – LEMTO/UFF.
- 28- Eduardo Barcelos – Engº Ambiental- Geógrafo-Ativista – IF Baiano.
- 29- Eraldo da Silva Ramos Filho - Geógrafo-Ativista – UFS.
- 30- Fernando Michelotti – Agrônomo-Ativista – UNIFESSPA.
- 31- Julia Ladeira – Pesquisadora-Ativista – LEMTO/UFF.
- 32- Laiza Lima – Pesquisadora-Ativista – LEMTO/UFF.
- 33- Luciana Borges – Geógrafa-Ativista – UNIFESSPA.
- 34- Marlon Nunes – Pesquisador-Ativista – LEMTO/UFF.
- 35- Pedro Catanzaro da Rocha Leão – Pesquisador-Ativista – LEMTO/UFF.
- 36- Pedro D'andrea Costa - Geógrafo-Ativista - AGB.
- 37- Pedro Henrique Rocha – Pesquisador-Ativista – LEMTO/UFF.
- 38- Ralph Medeiros de Albuquerque - Geógrafo-Ativista – UFPR.
- 39- Ruth Bautista – Socióloga-Ativista – IPDRS – Bolívia.
- 40- Tania Gomez– Advogada-Ativista – Plataforma Sur – Colômbia.



MOVIMIENTO
REGIONAL
POR LA TIERRA